



Rua Dr. Cândido – 26 – centro – Pará de Minas / MG

3233.5939 CEP: 35660-021

saude@parademinas.mg.gov.br

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde realizada aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2026, no Auditório da Escola de Música. Conselheiros Efetivos e Suplentes Presentes: Maurício Rodrigues Nogueira, Tháís Cristina Noronha, Leidilaine Cristina de Brito Alves, Fausto José da Conceição Abreu, Ana Marisa Leão Apolinário, Cláudia Aparecida Ribeiro Santos, Roseli Aparecida Viegas, Cristiane dos Santos Paulino, Dayane Bonifácio Silva Ferreira, Marcelo Carvalho Martins, Carina Araújo Souza, Elisabete de Oliveira Diogo, Aline Mércia de Melo, Neide Maria de Almeida e dr. Gilberto Denoziro. Ata da reunião anterior: **APROVADA, por unanimidade**. Em seguida, passou-se para a votação dos assuntos da pauta, sendo: **ITEM 01 – Atualização dos parâmetros e indicadores de incentivo Municipal Hospitalar**, que define metas, valores e critérios de repasse aos Hospitais situados no território de Pará de Minas. Marcelo Carvalho Martins, assessor da Secretaria Municipal de Saúde, explicou aos conselheiros presentes, as mudanças no Incentivo Municipal Hospitalar. Contexto: a Política Municipal de Saúde Hospitalar foi criada para suprir o subfinanciamento dos serviços hospitalares, complementando os recursos federal e estadual, mas o cenário mudou: hoje, a Política Nacional de Redução de Filas ofertada pela União e o Programa Valora Minas oferece incentivos mais atrativos e suficientes para manter os serviços. Oftalmologia: A Tabela Municipal de Oftalmologia não será revogada neste momento, porque a Secretaria de Estado de Saúde, ainda não concluiu a reorganização da rede de oftalmológica da Macro-Oeste, o que impede que esses atendimentos sejam plenamente absorvidos pelo modelo estadual. Para evitar desassistência à população, o Município manterá temporariamente esta tabela, até que a nova estrutura regional esteja em funcionamento. Diante disto, segundo Marcelo, toda política que já tem financiamento do Estado e da União, não faz sentido manter incentivo Municipal e, o Hospital não vai ficar deficitário, pois o Município só complementava e, atualmente Estado e Governo paga mais que o Município pelas cirurgias dentro do rol. Com relação a Oftalmologia, o Estado manteve financiamento parcial, por este motivo a Oftalmologia continuará com o incentivo municipal. Segundo, dr. Gilberto, Secretário Municipal de Saúde, o sistema de incentivo municipal que existia, era muito confuso, dava dupla interpretação e questionamentos por parte da diretoria do Hospital e da Secretaria, que fazia os complementos. Com as mudanças, será cobrado gestão de qualidade dos serviços, transformando valores em indicadores. Após os esclarecimentos, foi colocado em votação, e **APROVADA a REVOGAÇÃO da Política Municipal de Saúde Hospitalar, do município de Pará de Minas, por unanimidade.** 2) **Retificação de indicador vinculado à emenda parlamentar da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS**. Raianne Couto, coordenadora da Rede de Atenção Psicossocial, fez a apresentação, destacando: O CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil é um ponto estratégico da RAPS, por assumir o cuidado especializado de crianças e adolescentes com sofrimento psíquico significativo, oferecendo atenção contínua,

territorial e articulada com os demais serviços.. No CAPSi se qualificam intervenções precoces, se constroem projetos terapêuticos singulares e se ampliam as possibilidades de desenvolvimento, autonomia e convivência comunitária, consolidando uma rede que cuida em liberdade e com responsabilidade compartilhada. Informou que a alteração proposta decorre de erro material na descrição do indicador, que passa de “garantir cobertura 24 horas por semana” para “garantir a cobertura da agenda previamente estabelecida”, em consonância com a organização real do serviço e sua capacidade operacional. O valor total da proposta é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo Supervisão clínica R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); Serviços terceirizados R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e Material de consumo R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A alteração decorre de erro material na descrição do indicador, que passa de “garantir cobertura 24 horas por semana” para “garantir a cobertura da agenda previamente estabelecida”, em consonância com a organização real do serviço e sua capacidade operacional. A Proposta **Retificação de indicador vinculado à emenda parlamentar da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS foi APROVADA por unanimidade. PAUTA PARA CIÊNCIA: 01)** Atualização do Plano de Transposição de Recursos (transposição/transferência de saldos constantes no Fundo Municipal de Saúde – repasses SES/MG – Saldos financeiros – parcerias e convênios firmados com o Estado de Minas Gerais). Segundo Cristiane Paulino, após dar ciência ao Conselho, sobre a transposição de Recurso, é necessário incluir as informações dentro do PAS – Plano Anual de Saúde. Os saldos remanescentes nas contas no final do exercício anual, são utilizados em eventos da Saúde, explicou dr. Gilberto. 02) Instrumento de Monitoramento e Avaliação dos Processos de Trabalho do conselho Municipal de Saúde. Neide Almeida, conselheira, cursista em Especialização em Saúde Coletiva na área de concentração em Monitoramento e Avaliação em Saúde cujo tema de especialização é a Análise dos Processos de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde de Pará de Minas, e a Proposta de Instrumento de Monitoramento e Avaliação das demandas e resoluções. Os objetivos são de analisar os processos de trabalho do Conselho, e propor um instrumento padronizado para o registro, acompanhamento e monitoramento das demandas e resoluções. Após a aplicação do questionário foram identificados alguns desafios sendo a falta de padronização dos processos de trabalho, dificuldade para acompanhar demandas e resoluções, monitoramento parcial, tempo limitado e atuação voluntária dos conselheiros, causando com impacto Dificuldade de acompanhar prazos, falta de histórico organizado das demandas, fragilidade no acompanhamento das resoluções e redução da efetividade do controle social. Neide apresentou o modelo Instrumento Padronizado de Monitoramento onde constará o registro das demandas, acompanhamento dos encaminhamentos, controle dos prazos e a situação das resoluções que será atualizado a cada reunião, e servirá de apoio às comissões, deliberações, prestação de contas, garantindo histórico e transparência, e consequentemente fortalecendo o controle social. Após a apresentação do Instrumento de Monitoramento, foi pactuado que será elaborado um drive institucional, no qual todos os conselheiros terão acesso ao instrumento, não restringindo seu uso à Secretaria-Executiva ou aos membros das Comissões.

Destaca-se que, após a implementação do Instrumento no Conselho Municipal de Saúde este será sugerido aos demais Conselhos de Políticas Públicas do Município, com o objetivo de fortalecer não apenas o controle social no âmbito do SUS, mas também a efetiva participação popular na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas do município de Pará de Minas/MG. De acordo com algumas falas dos conselheiros ao final da apresentação, estes evidenciaram o reconhecimento da relevância, inovação e possibilidade de replicação da proposta, reforçando o potencial do Instrumento como estratégia inovadora de organização dos processos de trabalho, fortalecimento do controle social e promoção da transparência.

INFORMES: **a) CISTT** – Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Carina Araújo esclareceu que o ano de 2025, foi muito produtivo para a CISTT e que está caminhando para alcançar 100% do objetivo da CISTT, que é levar os projeto para trabalhadores e empresas. Em aguardo que a UPA 24H dê aderência ao projeto. Em parceria com a Secretaria de Educação estão em conversa para a construção de um projeto para a Comunidade Escolar, para todos os envolvidos na rede de Educação. O enfermeiro do trabalho da Secretaria de Saúde, Wasley está fazendo um levantamento dos atestados médicos dos servidores apresentados em 2025, com o objetivo de apresentar as patologias e providências. Convidou os presentes a acompanharem o instagram da CISTT, onde muita informação é adicionada. **b) Mesa diretora do CMS.** O presidente Maurício fez a leitura de uma manifestação oriunda da Ouvidoria Municipal, na qual morador da área da UBS Paraíso, elogia e agradece o atendimento que lhe foi prestado. **c) Secretário Municipal de Saúde.** Dr Gilberto, parabenizou a secretária-executiva e conselheira Neide Almeida, pela apresentação de sua pós-graduação, destacando que é importante que se exponha o conhecimento. E que o SUS é o maior processo de inclusão do Mundo e que devemos lutar para ter controle, regulação e transparência no SUS. Sobre a transposição o secretário explicou que são recursos carimbados que quando não são gastos na totalidade, no final do ano, o Estado permite a transposição do restante para pagamento. Esclareceu que o orçamento da Saúde para 2026 é o mesmo de 2025, porém os recurso serão utilizados com mais cuidado. Falou sobre o questionamento de um vereador sobre ambulâncias paradas, explicando o fluxo destas ambulâncias, que não estão paradas e sim sendo utilizadas em transporte de fisioterapia e/ou exames e outra está cedida para uma organização social. Antes de encerrar a reunião o presidente Maurício, destacou a presença do cidadão Edmar, que participou da reunião para conhecer os trabalhos do CMS.